

**RESISTÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA
PARAENSE: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de
Belo Monte**

**RESISTANCE AND SOCIAL CONFLICTS AT THE AMAZÔNIA
PARAENSE: the fight against the hydroelectric enterprise of
Belo Monte**

José Antônio Herrera

Doutor em Desenvolvimento Econômico, espaço e meio ambiente pelo IE/UNICAMP. Professor-pesquisador da Faculdade de Geografia/Campus Universitário de Altamira
Universidade Federal do Pará – UFPA.
herrera@ufpa.br

Rodolfo Pragana Moreira

Graduando em Geografia pela Faculdade de Geografia/Campus Universitário de Altamira
Universidade Federal do Pará.
roo.p-cb@live.com

Resumo

O território Transamazônica-Xingu sofre constantes transformações devido à chegada de novos sujeitos territoriais e empreendimentos que preconizam o lucro e o crescimento econômico, caracterizando o movimento do capital no território. Essa situação tem gerado problemas no uso dos recursos naturais e mudanças nos modos de vida. Novas dinâmicas no território têm provocado transformações socioeconômicas, produtivas e ambientais que configuram espaços de conflitos, choques culturais e de interesses, com a sobreposição de grupos econômicos externos em relação aos hábitos, costumes e perspectivas dos sujeitos locais. O movimento do capital “normalmente ignora o espaço vivido das comunidades locais e busca refuncionalizá-lo em função da acumulação capitalista”¹. Partindo desta premissa, tem no escopo do texto elementos e compreensão de fatos que explicitam as alterações nas dinâmicas e a resistência de grupos locais ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. Para tanto, foram feitas entrevistas com lideranças dos movimentos sociais e líderes de comunidades impactadas, além do acompanhamento de ações dos movimentos que reivindicam a promoção e garantia dos valores democráticos. Na análise feita ao longo do texto, não há uma defesa do localismo, mas uma reflexão crítica acerca dos interesses que não ponderam as relações estabelecidas historicamente nos locais, gerando consequentemente os conflitos sociais no território.

Palavras-chave: Amazônia. Território. Transformações sociais. Campo. Rio Xingu.

Abstract

The territory Transamazonica-Xingu suffers a constant transformation due to the arrival of new territorial subjects and ventures that pursue the profit and the economic growth,

characterizing the capital movement on the territory. This situation has created problems on the use of natural resources and it's changing the lifestyle. New dynamics at the territory have been causing socio-economical, productive and environmental transformations that configure spaces permeated by conflicts, cultural and interests clashes with an overlap of external economic groups that unaware the customs, praxis and perspectives of local subjects. The capital movement "usually ignores the lived space of local communities and aim to rebuild it due to the capital accumulation". Starting by this premise, the paper bring in the scope some elements and comprehension of facts that shows the modification of dynamics and the resistance of local groups about the hydroelectric enterprise of Belo Monte. In this way, were accomplished interviews with the leaders of social movements and from the impacted communities. At the same time, the action of groups that claim for the promotion and assurance of democratic values were followed. During the analysis, there is not a defense of localism, but a critical reflection about the interests that not ponder the historical relations of the local, generating, therefore, the social conflicts on the territory.

Keywords: Amazon. Territory. Social transformations. Xingu river.

Introdução

O território Transamazônica-Xingu historicamente foi marcado por atividades de expansão da fronteira capitalista, ações que ignoraram as construções simbólicas e relações históricas. Entendendo-o, segundo Haesbaert (2007) sob duas vertentes, a funcional ou material e a simbólica ou cultural, a primeira configurada pela dominação relacionada à propriedade e relações erigidas sob o valor de troca; a segunda pela apropriação ou posse de um território constituído sob o valor de uso, das influências culturais e da identidade dos povos.

Nessa perspectiva, os sujeitos envolvidos no processo decisório configuram-se não pela diversidade cultural, valores ou identidades construídas em cada território, mas pelo maior ou menor poder material que configura suas ações, relações, alianças e seus objetivos.

Para Herrera (2012) a integração da Amazônia na economia nacional descaracteriza o contexto histórico e a formação econômica-social da região. Segundo o autor, percebe-se o impacto mediante a alteração na apropriação dos recursos naturais e com a desestruturação da realidade social local, condicionando a população à marginalidade dos resultados dos empreendimentos realizados. O formato coercitivo da

ação integradora suprime a independência e autonomia dos lugares em função da dinâmica imposta pelo capital.

O fulcro da questão é entender as dinâmicas, conflitos e as organizações dos movimentos de resistência que ascendem com a diversidade de interesses e objetivos no território em função da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na porção Sudoeste do Estado do Pará, próximo à cidade de Altamira.

Os conflitos ocasionados pelos distintos interesses e objetivos são típicos das relações construídas no território. Os conflitos são ocasionados pela busca do poder no e pelo território como consequência da expansão da fronteira capitalista no território amazônico. De modo que os conflitos vividos pelos diversos sujeitos territoriais configuram na Amazônia espaços dinâmicos de contradições.

Para explicitar os conflitos, as transformações no território, assim como a organização e atividade dos movimentos de resistência face à construção de Belo Monte. Organiza-se, neste texto, os resultados preliminares de pesquisa de campo (visita em instituições, coleta de dados primários e secundários, entrevistas com famílias impactadas pelo empreendimento), revisão de literatura e reflexões subsidiadas a partir da aproximação feita da bibliografia consultada com a realidade vivida no município de Altamira.

Elementos da transformação no município de Altamira

A expansão capitalista na Amazônia paraense acontece sob o condicionamento dos agentes externos, promovendo a especialização produtiva com consequências danosas à sociedade local e alterando as dinâmicas do território e as relações socioeconômicas. Com isso, intensificando as lutas de resistência e os conflitos pelo poder.

Saifi e Dagnino (2011) apontam que os modelos de desenvolvimento econômico adotados no país baseiam-se na especialização e exportação de commodities e de recursos energéticos hídricos, pensando no crescimento econômico, em detrimento aos investimentos em industrialização e em fontes energéticas limpas e renováveis, cujo ciclo econômico é tido como mais virtuoso em termos de sustentabilidade.

Quando observado a realidade de Altamira e municípios vizinhos, torna-se essencial problematizar acerca do modelo de desenvolvimento elaborado para a região amazônica e mais especificamente para a porção Sudoeste da Amazônia Paraense. Onde estão localizados os municípios que sofreram consequências desde 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica (BR 230) e agora pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte.

A interpretação feita está pautada na contribuição de Brandão (2007) sobre o processo de homogeneização do capital, por entender que, de certo modo, o ocorrido no território não delimita regiões, mas desfaz as fronteiras territoriais, transbordam os limites, buscando condições básicas para o valor se valorizar em termos absolutos e universais, ampliando o capital no território.

A dinâmica multiterritorial ocasionada pelo empreendimento de Belo Monte, assim como a abertura da rodovia Transamazônica, tem ocasionado uma diáspora de migrantes, uma vez que a demografia do local passa a ser alterada por estímulos como investimentos e oportunidades previstos com um projeto hidrelétrico do porte de Belo Monte. Essa informação pode ser visualizada no gráfico-1 a seguir que expressa os valores absolutos (em 1000) da população do município de Altamira entre os anos (2000-2011).

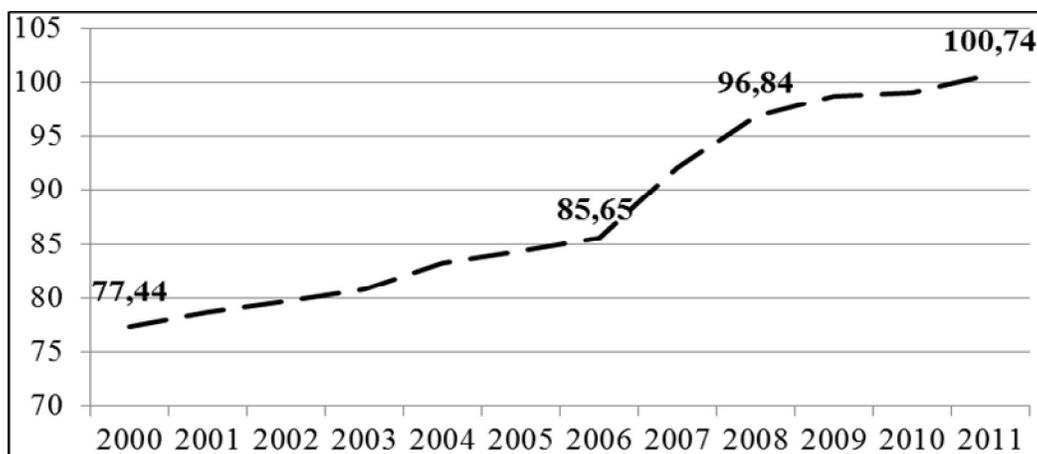


Gráfico-1: Altamira-PA, população entre os anos de 2000 e 2011.

Fonte: IBGE (2011).

O aumento populacional no município acontece concomitantemente às especulações sobre o início das obras na Hidrelétrica Belo Monte. Evidencia-se no gráfico-1 que após o ano de 2006 há um crescimento vertiginoso da população no município, em tese, constituído pela demanda por mão de obra por parte das empreiteiras ao iniciarem as obras.

Dados da Secretaria de Planejamento do Município apresentam que a população altamirense encontra-se bem acima do registrado pelo IBGE nos últimos anos (2010/2012). Os dados sistematizados foram feitos a partir de dois estudos: por meio do aumento na coleta de lixo entre todo o ano de 2011 e o mês de janeiro de 2012, o qual estimou a população de Altamira em 148.053 pessoas; e o outro considerando os atendimentos de urgência/emergência no Hospital Municipal São Rafael entre os anos de 2010 e 2011 e os dois primeiros meses de 2012 que estimou a população em 143.918 pessoas. Por isso, a secretaria de Altamira atua considerando a média dos dois estudos, 146.224 pessoas, alegando defasagem ainda nos primeiros meses do ano de 2012.

O crescimento econômico e populacional adjacente à falta de infraestrutura na cidade ocasiona a intensificação de problemas sociais (saúde, educação, segurança e moradia), por exemplo, as aglomerações em condições subnormais registradas no ano de 2010, o número de 2.026 domicílios nestas condições com uma população de 8.253 residentes (IBGE, 2010). Esses dados são fundamentais para exemplificar e apoiar a compreensão da desordem causada por dinâmicas capitalistas.

Entende-se que os aglomerados subnormais sejam consequência da dinâmica econômica e da atração de migrantes ocasionadas pela obra, e também pela realocação de pessoas atingidas pelo empreendimento, principalmente, famílias da área rural que tem deslocado para cidade. No gráfico-2 apresenta-se o crescimento das residências no perímetro urbano e a diminuição no número de residências no perímetro rural, entre os anos 1980-2010, além de evidenciar, o crescimento total de residências no município durante o período avaliado.

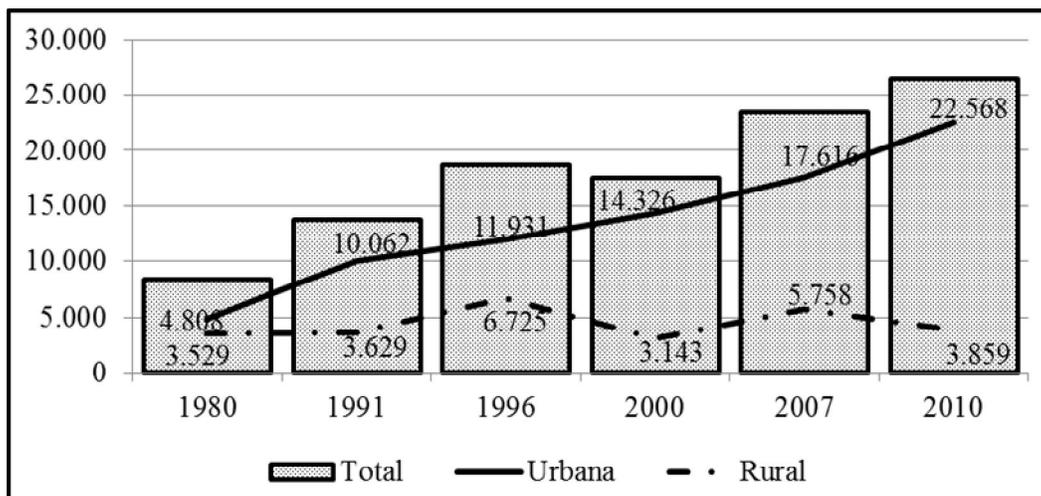


Gráfico-2: Altamira-PA, variação no índice de residências nos perímetros urbano e rural.
Fonte: IBGE (2010).

O mote da exemplificação do crescimento de residências nos meios urbano e total, assim como do decréscimo das residências no meio rural está na problematização das suas consequências. Uma das transformações nas dinâmicas estruturais do município de Altamira, observadas a partir de dados do Conselho Tutelar (CT/ATM) é referente ao aumento pós 2009 do índice de adolescentes em conflito com as leis, dependência química, e prostituição, estupro e abuso sexual de menores. Entretanto, conforme o gráfico-3 exemplifica, isso acontece concomitante ao atendimento de crianças e adolescentes fora da escola.

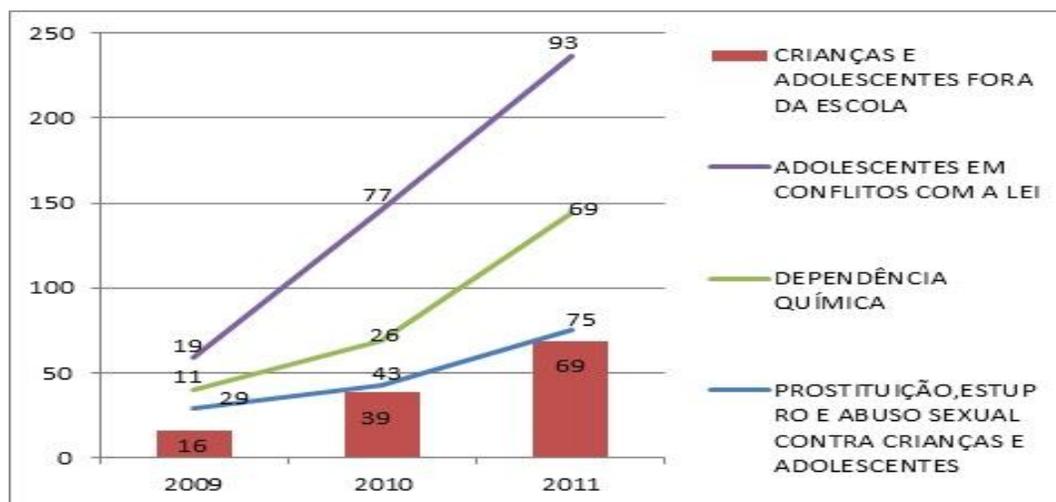


Gráfico 03: Altamira-PA, ocorrências no conselho tutelar - relação entre o número de crianças e adolescentes fora da escola.

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira (2012).

No gráfico-3 apresenta-se a relação do aumento de adolescentes fora das escolas com o crescimento da marginalização social, daí a importância da educação em um contexto de sobreposição de interesses, em que na maior parte das vezes a população local acaba expropriada de valores democráticos em função da valorização do capital e da expansão da fronteira econômica.

No Brasil, esse contexto é estruturado pela “impossibilidade de levar a frente às propostas ingênuas, que ora surgem, de consolidar ‘ilhas de excelência’ ou ‘enclaves’ produtivos” (BRANDÃO, 2007, p.176). Estratégia ineficaz para elaboração de políticas públicas e econômicas no território, configurando desrespeito às especificidades culturais.

As transformações no território representam o condicionamento multiescalar que o país mantém em relação às potências hegemônicas centrais. Desse modo, à desestruturação nas relações entre sociedade civil e Estado estão ligadas a fatores exógenos de produção e exportação na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). De modo que Castro (2001) considera que as transformações estruturais no território não são impulsionadas pela dinâmica interna, mas derivam de interesses globais dos grandes grupos e potências mundiais.

De acordo Santos *apud* Pereira (2010, p. 348) a noção de divisão internacional do trabalho corresponde às funções produtivas desempenhadas por cada Estado-Nação

no sistema internacional e, deste modo, está diretamente ligada a uma divisão do trabalho que também se dá no interior do território nacional. Neste sentido, o entendimento está em que tanto as ações produtivas quanto a distribuição dos seus benefícios são estabelecidas a partir da configuração e arranjos como respostas as funções que o Estado-Nação assume no cenário internacional.

Importante frisar que os meios midiáticos massificados respondem, em parte, as necessidades das elites e, não das necessidades concretas da população atingida pelas dinâmicas capitalistas. Dinâmicas essas que desconsideram a democracia, a cidadania, a cultura, a identidade etc.

O empreendimento gera diversas dinâmicas destoantes às construídas historicamente na região, as quais as populações definem o sistema produtivo e as relações sociais a partir de seus interesses locais. A desestruturação social é consequência da ineficiente ação estatal para a complementação das suas necessidades. Bem como, a expansão do capital no território gera a perda da funcionalidade e autonomia do setor público local e o conjunto desses fatores, agentes e objetivos resulta em conflitos ideológicos de busca no e pelo poder territorial.

Os conflitos refletem as cobranças e oscilações dos movimentos sociais e da população diretamente atingida pelo empreendimento energético. Por isso, foram feitas entrevistas com moradores de comunidades que estão sendo impactados pela obra, explicitando a opressão que a população está submetida em nome de um suposto projeto de desenvolvimento que não respeita a diversidade cultural local.

A afirmação faz-se a partir do entendimento de desenvolvimento proposto por Saifi e Dagnino (2011), que o compreendem a partir do respeito às diversidades regionais e culturais. E o que tem se percebido na região, pelo contrário, são projetos de inversão de capital, com interesses puramente econômicos de expansão capitalista e de suprimento das necessidades de empreiteiras internas/externas.

As relações construídas a partir dos processos impostos no território geram movimentos contraditórios de busca por interesses dos sujeitos locais. Em pesquisa de campo, entrevistas com moradores impactados, observou-se uma superposição de interesses, conflitos no e pelo poder no território.

Em entrevistas realizadas com agricultores² foi perguntado - como ele se sentia com todo o cenário exploratório e qual era a conclusão dele sobre a obra. O entrevistado respondeu estar sendo prejudicado, como pode ser observado na transcrição feita de sua fala - “olha o que eu sinto é que eu estou sendo prejudicado e eles não querem entrar num acordo, de fazer estrada por onde eu escolhi, eu na verdade não tenho direito, o direito é todo deles, de escolher o que é que eles querem na minha terra, eles não querem me dá o direito” (Agricultor, 66 anos, Vila da Baixada Km 27, Julho de 2012).

A entrevista exemplifica o embate sobre a construção de uma estrada para o escoamento dos materiais na terra de um agricultor, no qual os interesses destoam do esperado em indenização a ser paga ao morador. Realidade que explicita a opressão e perda de direitos que a população envolvida sofre no processo de espoliação.

Um dos líderes comunitários da comunidade de Santo Antônio fez um apelo em entrevista concedida, a saber: “...estou pedindo, divulgue isso lá fora, mesmo que agente não vá ter uma vitória aqui, mas que isso, que o mundo sabe o que está acontecendo AQUI, pois a gente sai daqui pra São Paulo e ninguém sabe o desastre que tá tendo aqui” (pescador, 58 anos, Comunidade Santo Antonio, Setembro de 2012).

Continuando a conversa com o pescador (58 anos), foi perguntado – qual sua expectativa, o que o senhor pretende fazer para o futuro?

Essa pergunta sinceramente é difícil, eu vivo de um cacauzinho, mas eu fui fazer um levantamento lá e esse cacau não dá pra mim sobreviver, eu preciso de roupa, de calçado, de remédio, pagar água e pagar luz. Eu tava com esperança de pegar a carta de crédito e comprei uma chácara com 49 mil e sobrou 9 mil, e esses 9 mil eles não me passaram. Eu não tenho muitas contas, mas essas contas fazem eu não dormir [...] eu não sei roubar, eu já cheguei nas pessoas as vezes sabe, não tenho vergonha de chegar com alguém e falar eu tô na pior [...] não sei filha, não sei realmente o que vou fazer, eu já pensei em vender tudo e ir embora, mas eu não vou fazer isso não. Eu tô pronto pra lutar, não sei exatamente o que vou fazer, eu não vou dá uma de molhe aqui não, não vou dá uma de durão não e não sou melhor do que ninguém, eu tô pronto pra lutar e vou até o fim (Pescador, 58 anos – Comunidade Santo Antônio).

Os relatos mostram a dificuldade que a população atingida tem em manter seus modos de vida, em um contexto deteriorado da construção democrática e cidadã. Além de exemplificar a ineficiente relação entre sociedade civil, Estado e iniciativa privada.

Duas formas de luta e resistência no território

De acordo com Henchen (2002) os movimentos sociais surgem na Transamazônica estruturalmente ligados ao Projeto de Colonização, esses, concebidos como mecanismo de prevenção contra as tensões sociais que se desenhavam nas graves contradições existentes no contexto rural brasileiro nos anos 1960/70.

A colonização, promovida pelo processo migratório, foi uma tentativa do Estado de desconcentrar a pobreza, a fome e a violência social em determinados espaços, principalmente, no Nordeste brasileiro.

Herrera e Guerra (2006) destacam que a origem das famílias que participaram da ocupação da região, apesar de ter sido diversificada, contou com alta participação de famílias oriundas do Nordeste, sendo 41% desta Região, 16% do Centro-Oeste, 11% Sudeste e 18% de outros lugares da própria Região Norte.

Nesse contexto, o território é consolidado por interesses, culturas e objetivos distintos, que evidenciam nos embates entre os novos sujeitos e as populações tradicionais, tornando-se propício às ações coletivas, corroborando para o surgimento de diversas organizações que reivindicam interesses particulares.

Henchen (2002) afirma em sua obra que o enfrentamento e a necessidade de resistir contribuem diretamente para formação dos sujeitos, bem como para própria consolidação do movimento social no território. O autor destaca.

Muitas destas lideranças foram surgindo a partir dos debates em grupos, a partir do trabalho de formação e da assessoria para as questões ligadas à terra, prestadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). É nesse espaço que primeiro atentou-se para a necessidade de uma organização sindical que pudesse fazer frente aos conflitos pela posse da terra e ao abandono da região por parte das instituições do próprio Estado. Organizações estas que se constituíram no espaço da Igreja, mais precisamente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), na discussão dos Grupos de Vizinhos, de onde surgem às primeiras lideranças que passaram a coordenar as organizações mais tarde, disso resultando a organização sindical (HENCHEN, 2002, p.32).

A partir dessas organizações foram sendo criadas várias organizações que atuam como sujeitos territoriais, reivindicando seus direitos e provocando pensar o desenvolvimento regional a partir da formação econômica e social, respeitando hábitos e costumes.

Além dos movimentos sociais locais que foram se consolidando no enfrentamento a expansão capitalista e resistindo às dinâmicas externas, foram se

estabelecendo no território organizações sociais nacionais que, historicamente, resistiram o avanço da dinâmica capitalista e principalmente lutaram contra a apropriação dos recursos naturais e a espoliação dos sujeitos.

A diferenciação entre os dois tipos de movimentos de resistência percebidos no território, não está apenas no fato de que um surge do local para o nacional e outro se estabelece do nacional para o local, mas principalmente na forma de atuação, resistência e luta, contra a expansão capitalista, dos grandes projetos. Para explicitar a diferenciação existente na forma, conduta, de atuação das organizações explicita-se a atuação de sujeitos de resistência e luta: um criado no local e que vem ganhando repercussão nacional na luta contra Belo Monte – o Movimento Xingu Vivo para Sempre; e o outro constituído nacionalmente e que tem atuado no local contra o empreendimento hidrelétrico – o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

Os principais sujeitos de resistência e luta contra Belo Monte

Durante o ano de 2012 foram acompanhadas algumas ações coletivas que pautava a luta contra Belo Monte e notoriamente foi percebida a atuação de dois movimentos, um consolidado regionalmente e outro nacionalmente, que se somam, com formas diferenciadas de atuação, de resistência contra o empreendimento hidrelétrico proposto no rio Xingu.

O Xingu Vivo Para Sempre é um movimento de luta que reivindica os direitos dos povos que vivem às margens do Rio Xingu, povos que construíram suas identidades pautadas nos modos de vida tradicionais, que normalmente não deterioram ou mudam abruptamente as dinâmicas naturais do rio. O movimento constitui um coletivo de organizações, movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu.

O movimento se consolidou como promotor da iniciativa de integração e reivindicação a partir de uma grande rede, um fórum. Não se trata de uma ONG ou uma entidade, mas sim um fórum de entidades, de organizações e de grupos de pessoas que se associam às lutas de resistência contra a instalação de projetos de barragens no rio Xingu.

A concretização do movimento se deu a partir de um grande encontro, que aconteceu entre os dias 19 a 23 de maio de 2008, denominado “Encontro Xingu Vivo”. Na ocasião estiveram durante quatro dias de discussões e reivindicações, mais de 800 indígenas da bacia do Xingu, agricultores, ribeirinhos e moradores das cidades. No ponto alto do encontro os indígenas conclamaram que o movimento não deveria se caracterizar apenas como uma luta indígena, mas se constituir como o primeiro da história em que os movimentos sociais, os não indígenas e diversos outros sujeitos congregassem na luta, como uma única força, ação coletiva, de índios e não índios em defesa do rio, da terra, da diversidade de povos, enfim uma ação conjunta em defesa da vida.

Com o término do encontro, o movimento de defesa da bacia do rio Xingu, passou a ser chamado de movimento Xingu Vivo Para Sempre, que uniu todos os povos envolvidos na defesa de direitos históricos, culturais e naturais do território. Hoje a luta do movimento não se detém apenas à resistência, mas agrega a discussão de propostas para o desenvolvimento sustentável das populações e dos recursos naturais do território.

O MAB, enquanto organização nacional, propõe além da luta contra empreendimentos que preconizam o lucro e a homogeneização capitalista, discutir acerca do modelo de desenvolvimento adotado no país e para isso o movimento atua pensando o (re)ordenamento territorial considerando alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista.

A saber, a organização dos atingidos por barragens teve início ainda no final da década de 1970, na ditadura militar, período em que ocorreu a usurpação de direitos civis e políticos. Ao mesmo tempo em que a ditadura restringia os direitos, a indignação contra o regime fez com que surgissem várias formas de organização e luta. É nesse período que ascendem várias manifestações importantes de luta, como: Movimento Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT).

As experiências de luta em diversas escalas foram extremamente importantes e desencadearam um processo de articulação ao longo de toda a década para a consolidação e ação do movimento. Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens que contou com a participação de representantes de várias regiões do país. Neste encontro foi realizado um diagnóstico com o objetivo de se identificar os principais focos de lutas e experiências dos atingidos no território nacional.

Como resultado do encontro, foi deliberado pela constituição de uma organização de escala nacional para fazer oposição aos planos de edificação de grandes barragens. Aos poucos o MAB foi se instituindo como uma importante ferramenta de luta dos atingidos, com caráter nacional e notoriedade internacional. Experiência que foi importante para impulsionar as organizações de atingidos em outros locais do mundo.

As atuações e reivindicações desse grupo de resistência se configuram pela participação da ampla maioria das famílias atingidas por barragem, em grupos de base. Na prática, isso significa organizar todos àqueles que moram nas comunidades atingidas e estão dispostos a lutar. A participação nesses grupos não se restringe às famílias que possuem terras nas comunidades, mas também aquelas que de alguma forma dependem economicamente da comunidade ou do rio para viver.

Em escala local, território amazônico, o MAB atuou junto às famílias atingidas pelo empreendimento hidrelétrico na cidade de Tucuruí e, especificamente na luta contra Belo Monte as atividades se iniciam com um monitoramento da amplitude do Projeto da Hidrelétrica Belo Monte, observando tanto as ações do governo que se instrumentalizava como o principal indutor do empreendimento quanto os movimentos sociais e a população de modo geral nos municípios impactados, mais sobre tudo as atingidas pelo processo de construção da obra.

A partir do monitoramento o movimento se organiza para constituir suas bases na região, o que de fato ocorre em 2009 com o deslocamento de membros do movimento de outros locais para cidade de Altamira, contando principalmente com o apoio de outros núcleos de formação do Estado do Pará, dentre eles o da cidade de Marabá e de outros Estados próximos, como Maranhão e Tocantins.

Relatos de quem vive a luta

A desestruturação do território promovida pela ineficiência e/ou ausência de ações estatais em prol da população na Amazônia instiga a organização dos movimentos sociais como sujeitos. Sujeitos com caráter de intervenção social e política, que explicitam interesses destoantes aos das empresas privadas que são, direta ou indiretamente, incentivadas pelo Estado.

Com o objetivo de perceber os interesses e ações das organizações que se constituem sujeitos do território, foram entrevistados duas lideranças: um representante do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) e outro do Movimento Xingu Vivo para Sempre. O mote está em explicitar, a partir das narrativas, como os movimentos foram reconhecidos na luta contra Belo Monte, suas principais ações e ainda como compreendem Belo Monte e o processo de desenvolvimento regional.

A liderança do Movimento Xingu Vivo inicia sua narrativa fazendo referencia ao fato de que a luta contra o barramento do rio Xingu existe a mais de vinte anos. A resistência começou quando o governo militar pensou entre as décadas de 1970 e 1980 o projeto intitulado “Karararô”, no qual “...era previsto a formação de um grande lago que inundaria todas as áreas indígenas, uma área superior a 1.200km²...” (Liderança do Movimento Xingu Vivo, Agosto de 2012).

Continuando a liderança ressalta que:

Na época, éramos todos militantes do Partido dos Trabalhadores – PT e atuávamos no Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica e Xingu – MPSTX que mais tarde, na década de 1990, passou ser chamado de Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, e, a gente contribuía com ações da Comissão de Atingidos pela Barragem no rio Xingu (Liderança do Movimento Xingu Vivo, em agosto de 2012).

Essa “Comissão ou Grupo não me lembro bem certo” foi responsável pelo grande encontro realizado no ano de 1989. Marcado por múltiplas reivindicações e que “ficou marcado pelo gesto da índia Tuíra, ao colocar o facão no rosto do diretor da Eletronorte” (Foto 1). A entrevistada expõe ter sido um marco, pois o povo não estava antenado com os interesses do governo para a região, foi a mobilização e participação de pessoas de diferentes categorias sociais e de vários lugares do mundo, na cidade de Altamira em fevereiro de 1989 que se fez conhecer o projeto que previa a construção de um complexo de barragens ao longo do rio Xingu. A liderança destaca ainda que dessa época até hoje, entrou e saiu distintos governos, mas todos tinham como objetivo barrar o rio em nossa região.

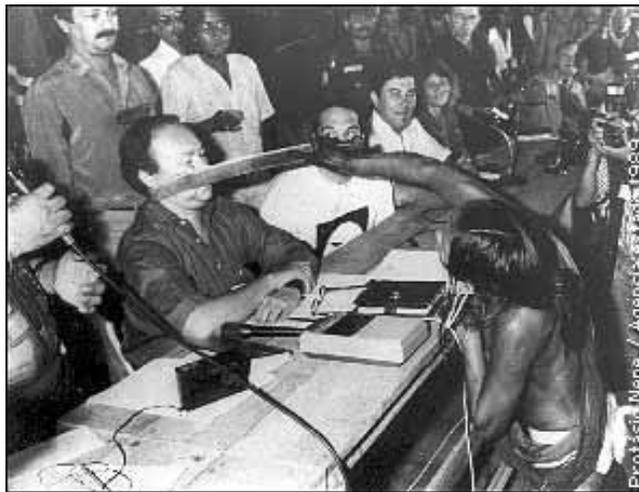


Foto 1 – Imagem da índia Tuíra no encontro de 1989 em Altamira – Pará.
Fonte: <http://morodrigues.blogspot.com.br> (acessado em 19/09/2012).

A entrevistada faz referência aos diferentes Governos Federais, destacando dois pontos considerados importantes durante o período de luta: o que diz respeito às mudanças no projeto de barramento, no qual supostamente deixaria de ser um complexo para ser uma hidrelétrica apenas, ganhando o nome de Belo Monte; e o outro quando o movimento existente deixa de congrega acerca das ideias de luta em função da chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república, fragilizando os argumentos dos membros de luta e resistência, como reduzindo o contingente de pessoas que faziam o embate contra o empreendimento.

A afirmação feita de que o movimento foi desmobilizado durante o governo do PT, principalmente no governo Lula, corresponde ao fato de que o projeto de barramento dos rios foi transformado em um projeto de governo e o empenho para que Belo Monte fosse iniciado foi intenso, o que surpreendeu e rachou a organização social em dois grupos, os que permaneciam na base de luta e os que acompanharam as ações do Governo Federal.

Ao passo que o Governo Federal se articulava para a implementação do empreendimento, o movimento era redesenhado, buscava maior amplitude de participação, tentando congrega índios e não índios das diferentes categorias num coletivo de luta. E, no encontro que ocorreu entre os dias 19 e 26 de maio de 2008, o Xingu Vivo para Sempre foi legitimado como o Movimento de representação dos direitos dos povos do Xingu.

Daquele momento até os dias de hoje, a luta tem se intensificado contra Belo Monte. Na fala da entrevistada registra-se a angústia do projeto ter sido instalado de forma errada e a qualquer preço, “esse projeto representa a morte, foi colocado de goela abaixo, até hoje não foi atendida nenhuma condicionante se quer e eles trabalham, mentindo, ameaçando e fazendo pressão no povo” (Liderança do Movimento em agosto de 2012).

Quando perguntado à liderança sobre a forma de atuação do movimento contra Belo Monte, explicitou-se a dificuldade que o movimento tem em trabalhar na base, com as comunidades. Primeiro porque o movimento prioriza por uma série de motivos atuar na sensibilização de pessoas de fora, que não são do local a participarem da luta, o que tem sido exitoso. Segundo a liderança.

[...] estamos chegando em lugares mais longes que se possa imaginar, o mundo hoje sabe o que o Governo pretende fazer com nossas águas e com nosso povo, muitos tem ajudados com reivindicações e protestos, pedindo a paralização da obra [...] imagina que desde de atores nacionais à empresários do mundo estão fazendo algo pelos povos do Xingu (Liderança do Movimento em agosto de 2012).

Os argumentos apresentados pela liderança durante a entrevista evidenciam que o movimento faz a opção pela estratégia de que é necessário, atuar junto aos órgãos de justiça, pressionando o Governo em âmbito nacional e apoiando as famílias em suas reivindicações nos órgãos competentes. Até porque, o trabalho com as famílias nos locais estão sendo inviabilizados, sobretudo nas áreas rurais, em função de ações coercitivas por parte de pessoas que trabalham nas empresas pertencentes ao consórcio construtor. “...o diálogo com as famílias tem se tornado cada vez mais difícil, eles falam assim pro povo, se vocês conversarem com o pessoal do Xingu Vivo vocês não terão nada, nem a indenização que poderiam receber” (Liderança do Movimento em agosto de 2012).

Evidenciou-se que alguns dos moradores deixam de lutar e reivindicar seus direitos em função da pressão, do medo à instabilidade, do que vai fazer, quando e como vão fazer? Questões como essas, ao serem colocadas no cotidiano das famílias diretamente impactadas promovem o pânico e na dúvida buscam, normalmente, meios de não terem suas vidas prejudicadas e acabam cedendo a pressão estabelecida pelos empreendedores.

Infelizmente o povo tem dificuldade de se organizar, de se conscientizar que o mais importante não é um momento e sim a história de vida deles no local de trabalho. O que as pessoas indenizadas vão fazer, o que eles tão pagando não dá nem pra comprar uma casa direito aqui na rua (Liderança do Movimento Xingu Vivo, em agosto de 2012).

Durante a conversa com a liderança tornou-se notória a opção do Xingu Vivo em trabalhar, atuar, muito mais no sentido de expor, explicitar os fatos para nação brasileira e internacional dos danos gerados e que poderão gerar com o barramento do rio, o fato das famílias terem seus modos de vida alterados o meio ambiente degradado. Nota-se que a estratégia traçada pelo movimento tem repercutido positivamente, uma vez que várias pessoas e organizações no mundo têm aderido à luta contra Belo Monte, seja contribuindo com incentivo financeiro ou ações como elaboração de documento, caminhadas, etc. O fato é que o número de pessoas que gritam “Não a Belo Monte” tem aumentando a cada dia.

Antes de encerrar a entrevista foi perguntado o que o movimento entende como desenvolvimento e de modo geral como Belo Monte poderia ser descrito.

Surpreendentemente a resposta foi:

[...] desenvolvimento é o estado de espírito, de dignidade, da pessoa humana, que utiliza o meio onde vive para viver bem, para ser feliz, e para ter responsabilidade com as futuras gerações [...] Belo Monte é a destruição da vida, é a destruição de anos e anos dessas comunidades, dessas famílias que construíram seu modelo de desenvolvimento e viviam bem, felizes! (Liderança do Movimento Xingu Vivo, em agosto de 2012).

Ao término da entrevista enfatizou que o modo de vida, considerado típico do local não é respeitado em detrimento a uma crença, por objetivos externos e por um desenvolvimento, e, por isso, apesar da obra ter iniciado, a resistência e a luta continuaria, pois o movimento Xingu Vivo, considera que o desenvolvimento não depende desta obra, pelo contrário acredita na possibilidade de manutenção da realidade local como alternativa para região.

Essa visão de que o desenvolvimento deve ser pautado pela possibilidade da população desfrutar do que produz a valorização do ser humano, ficou evidenciado também na entrevista realizada com a liderança local (em Altamira) do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB). No entanto, a perspectiva de atuação e intervenção junto à sociedade impactada se faz de maneira distinta a percebida com o movimento Xingu Vivo.

Apesar do MAB, ter seu caráter nacional, segundo a liderança entrevistada, suas ações buscam compreender as necessidades diretas do povo atingido, primando pelo processo formativo e organizacional no enfrentamento a lógica do capital.

Nós respeitamos as características do local, tentamos não interferir, inclusive, nas ações de outras instituições, mas achamos que o povo precisa entender que se trata não só de um projeto, um empreendimento, mas sim de uma lógica maior que é a lógica do capital, pautamos nossas ações na luta de classe (Liderança do MAB, em agosto de 2012).

O MAB está instalado em Altamira desde 2009, a chegada de membros do movimento na cidade em setembro do referido ano teve o objetivo de se aproximar da realidade do local, entender como as instituições, organizações estavam atuando contra Belo Monte. Neste sentido, o movimento busca parceria, sobretudo com a igreja e movimento Xingu Vivo.

De acordo a liderança entrevistada as parcerias funcionaram inicialmente, mas com o passar do tempo a maneira de ver e pensar o empreendimento fez com que se estabeleçam ruídos na comunicação entre as organizações e as instituições procuraram atuar de maneira específica e individualizada.

Nós temos uma história de luta contra grandes projetos em outras regiões, por isso fazemos uma leitura mais geral do processo e tentamos mostrar que não basta lutar a partir das condicionantes, temos que nos pautar em formar a consciência de que esse e outros projetos são ações do grande capital e que precisar ser esclarecido que a luta é contra ele (Liderança do MAB, em agosto de 2012).

A interpretação que se tem na fala do entrevistado é que o MAB, apesar de resistir e lutar no local não deixa de destacar que se tem no país, um modelo energético e um modelo de uso dos recursos naturais pautados na lógica do grande capital, que se integra a política de internacionalização do país, na busca exacerbada do Governo Federal em se estabilizar nas relações do mercado mundial.

De acordo a liderança do MAB a preocupação do movimento e possibilitar a autonomia às categorias atingidas, por isso focam suas ações em reuniões, formações e orientações de como as pessoas podem se organizar e lutar pelos seus direitos. Para tanto, trazem para o local as experiências que o movimento acompanha em outras regiões que sofreram o barramento de rios. A liderança afirma que a estratégia do movimento pauta-se no tripé “formação, organização e luta”.

Ao perguntar sobre o que se entende por desenvolvimento e como se descreve Belo Monte, a liderança foi incisiva ao responder:

Nós que compreendemos a sociedade a partir da leitura da luta de classes, nós compreendemos que o verdadeiro desenvolvimento é aquele que de fato tem que colocar né, a produção do trabalho trabalhador a disposição né da classe trabalhadora, ou seja, a mais-valia aquilo que o trabalhador produz a serviço

da sociedade, ou seja, a produção ela tem que ser social né, e não apenas o trabalho, então eu diria que o desenvolvimento é, de uma forma mais geral pra nós, aquela sociedade ou modelo de sociedade onde agente possa de fato usufruir daquilo que nós produzimos, que seria em alguns aspectos colocar o ser humano como centro disso, a partir de seu trabalho concreto (Liderança do MAB, agosto de 2012).

Evidencia-se que o desenvolvimento está ligado à possibilidade da população desfrutar do que produz, destacando que há necessidade de socialização não apenas do trabalho, mas também da produção. Principalmente, para o desenvolvimento coexistir à valorização do ser humano a partir de seu trabalho.

A respeito de Belo Monte, a resposta foi direta, “Belo Monte é um processo do grande capital, é um projeto que tem o discurso do desenvolvimento, mas é um projeto que visa essencialmente atender a demanda de energia das grandes empresas capitalistas, tanto nacionais quanto internacionais” (Liderança do MAB, agosto de 2012).

Notadamente, os dois movimentos representados por suas lideranças, apresentam a leitura, ou melhor, a vivência de que o movimento do capital ignora o espaço e a formação econômica e social das comunidades locais e procura refuncionalizar o território para o desempenho da expansão e acumulação capitalista. Caracterizando a busca do lucro por meio da apropriação dos recursos naturais e a espoliação dos sujeitos locais como mecanismo facilitado de intervenção do capital.

Outra interpretação detectada durante as entrevistas, diz respeito a parceria estabelecida entre o Capital e o Estado. As duas organizações consideram que a expansão capitalista no território amazônico se faz subsidiada pelo Estado, que assume responsabilidade de financiador, enquanto os empreendedores executam os projetos que aprofundam os problemas da desigualdade social e má distribuição de renda entre os sujeitos do território.

Considerações finais

Faz-se necessário elaborar políticas públicas multiescalares agregadas à diversidade cultural contida no território, resultante do alto índice migratório e interações históricas mantidas na região.

As assimetrias sociais não devem ser encaradas como fator pujante de desestruturação social, pelo contrário, é virtuoso entender essas diversidades como fator

positivo de construção e desenvolvimento da nação, dos meios de produção, do comércio, da indústria, do campo, da cidade etc. para estruturar uma sociedade e uma “[...] repactuação federativa [...] de um patamar mínimo de homogeneidade social” (BRANDÃO, 2007, p.212).

Brandão (2007) exemplifica que qualquer caminho perspectivo para a discussão do desenvolvimento socioeconômico, assim como de avanço político terá que ocorrer concomitante ao resgate da potencialidade da diversidade nacional.

Reiterando, os modelos de desenvolvimento adotados no país historicamente subjugaram interesses da população, problematizando o suposto desenvolvimento e configurando modelos sociais importados por lógicas hegemônicas do capitalismo central. A complexificação, as condições e a reprodução capitalista acontecem sob descontinuidades do próprio sistema.

Os diversos fatores e relações de produção, as relações entre as classes, as mudanças estruturais, e os movimentos de resistência são configurados por perspectivas destoantes e que compreendem forças desigualmente distintas de ação social. Sendo que. O modo de produção capitalista encerra alto grau de complexidade que impossibilita qualquer leitura generalizada de suas condições e contradições. Esse modo de produção constrói suas relações dependendo das condições encontradas para se reproduzir, assim a depender das bases socioeconômicas e as necessidades das populações são estabelecidas distintas relações ao se impor diferentes formas de produção.

Entendendo que para a efetivação de um verdadeiro projeto de desenvolvimento a qualquer escala, deve haver integração entre crescimento econômico e equilíbrio social, respeito à diversidade cultural da localidade, e processos produtivos menos insustentáveis para a contenção de abalos humanos e ambientais no contexto, com objetivo de conter o favorecimento desses novos sujeitos do território e estimular a reestruturação do mesmo.

Essas relações em áreas de fronteira expõem conflitos de distintas concepções de ocupação do espaço e uso dos recursos disponíveis. Sob a égide do projeto civilizatório de uma sociedade capitalista que afirma o poder de determinados grupos sociais sobre territorialidades preexistentes ou em constituição na determinação de representações simbólicas do desenvolvimento social único e idêntico.

Configurando o território com diversos elementos de conflito, de instabilidade, de conquista e de resistência em função das relações de tempos distintos (HERRERA, 2012). Tal configuração provoca os movimentos de resistência e os conflitos sociais na Amazônia Paraense a permanecerem com ações contra o empreendimento de Belo Monte.

Mesmo com a obra em andamento a resistência e a luta dos movimentos continuarão. As duas entrevistas com as lideranças enfatizaram que o início da obra não pode ser entendido como termino da luta, pelo contrário os impactos e os descasos serão ainda maior quando já tiverem alcançados seus objetivos.

¹ SILVA, Carlos Alberto Franco da. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton. *et al.* (Orgs.). *Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 Ed. Lamparina. Rio de Janeiro. 2007. 409 p.

² Os autores estão em posse dos termos de autorização do uso de imagem e áudio, mas em função de entender que se faz necessário devido a possibilidade de repressão e descaso foram resguardadas as identidades dos agricultores que contribuíram com a pesquisa

Agradecimentos

Aos membros de luta, lideranças e famílias que fazem enfrentamento ao empreendimento, que possibilitaram a reflexão no escopo deste texto;

Ao professor Me. Nelivaldo Cardoso Santana pela leitura compartilhada na finalização do artigo.

Referências

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Unicamp, Campinas, 2007. 238 p.

Edna Castro, E. “AMAZÔNIA: sociedade, fronteiras e políticas” **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, Jan./Abr. 2012.

COELHO, Maria Célia Nunes et al . **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do Desenvolvimento Regional**. Editora Cejup, Belém, 2002. 307p.

CONSELHOR TUTELAR. **Relatórios de ocorrência do conselho tutelar**, Altamira, 2012.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** – Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niteroi/RJ: UFF/EGG, Ano IX, n. 17, p. 19-46, junho de 2007.

HENCHEN, M. J. **O diálogo como relação entre agricultores e pesquisadores: a experiência do PAET na Transamazônica**. Dissertação/Mestrado - Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém. (2002). 130 f.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. Tese/Doutorado. Unicamp/IE. Campinas, São Paulo em 15/02/2012. 365 f.

HERRERA, J. A.; GUERRA, Gutemberg A. Diniz. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica**. Textos do NEAF. UFPA. Belém – PA. N^o. 14. P. 13, setembro de 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos de 2000 e 2010**. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acessado em: 14/01/2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades: número de domicílios por Unidade de Federação 2010**. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat). Acessado em: 14/01/2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de residências nos perímetros urbano e rural**. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acessado em: 19/09/2010.

PEREIRA, M. F. V. A Inserção Subordinada do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho: Consequências Territoriais e Perspectivas em Tempos de Globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 17, p.347-355, agosto de 2010.

SAIFI, S. E. ; DAGNINO, R. S. **Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará**. IPEA. 2011.

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento. **Contagem populacional**, Altamira, 2012.

SMS – Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório de atendimento hospitalar em Altamira, Hospital Municipal São Rafael**. 2012.

Recebido em 30/11/2012 Aceito para publicação em 21/05/2013.
